

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2010

(Do Sr. Geraldo Resende)

Solicita informações ao Exmo. Sr
Ministro de Estado da Saúde, Sr. José
Gomes Temporão, acerca dos recursos
da saúde transferidos ao município de
Dourados, no Estado do Mato Grosso
do Sul, nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro no artigo 50, da Constituição Federal, e nos artigos 115 e 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, no sentido de esclarecer a esta Casa, quanto à destinação e aplicação dos recursos da Saúde, transferidos ao município de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul, nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 2010.

GERALDO RESENDE
Deputado Federal - PMDB/MS

JUSTIFICAÇÃO

A saúde no município de Dourados, no Mato Grosso do Sul encontra-se em estado de “Calamidade Pública”. Este foi o termo utilizado pelos auditores para definir a situação precaríssima em que se encontra o município em relatório de auditoria por mim solicitada e executada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS.

Enquanto cidadãos morrem nas filas a espera de atendimento nos hospitais de Dourados, milhões de reais destinados à saúde no município são desviados de forma inescrupulosa.

Tal situação, de tão escandalosa, levou à instauração na Câmara Municipal de Dourados de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com vistas a apurar denúncias de corrupção e desvio de dinheiro na área de saúde.

Desde meados do ano passado, já vinha denunciando e solicitando, através dos órgãos competentes, auditorias nas contas do município.

Em 04 de agosto de 2009, apresentei na Comissão de Seguridade Social e Família uma Proposta de Fiscalização e Controle – PFC aprovada por unanimidade para fiscalização nos recursos da União transferidos para Dourados nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Fui motivado pelas denúncias da imprensa local que à época noticiava inúmeras irregularidades, deflagradas em virtude das operações

OWARI e BROTHERS da Polícia Federal, com o cumprimento de 42 mandados de prisão contra políticos, funcionários públicos do primeiro e segundo escalão da prefeitura, além de empresários supostamente envolvidos em cooptação de servidores públicos na prática de suposto esquema para fraudar licitações públicas, acarretando o desvio de milhões de reais em recursos públicos de diversas áreas.

Pelos dados divulgados à época, a saúde era um dos nichos preferidos desse grupo que agia com desenvoltura assombrosa, fraudando licitações, corrompendo funcionários públicos, tratando a coisa pública como uma propriedade privada.

De acordo com a Polícia Federal as investigações tiveram início em 2007, em função de uma denúncia anônima. A partir daí, com autorização judicial, foram feitas gravações telefônicas que comprovariam o tráfico de influência de pessoas com grande inserção na máquina administrativa, além de vereadores e secretários municipais, que contribuíam para realização de esquemas fraudulentos nas licitações da prefeitura.

A maior parte dos recursos desviados seriam recursos federais destinados à saúde e oriundos do Sistema Único de Saúde – SUS.

É de conhecimento público em Dourados o meu empenho pessoal e permanente para conseguir recursos aqui em Brasília, que possam resultar em conquistas para a população do meu Estado. Faço isso com a consciência de que este é o meu papel precípua como deputado federal.

O resultado do meu trabalho tem-se traduzido em obras e ações que os douradenses elencam como suas maiores necessidades.

Sinto-me indignado quando vejo grande parte desses recursos, que deveriam proporcionar um atendimento digno à população que necessita de atendimento nos hospitais públicos, esvair-se pelos ralos da corrupção, indo parar nas mãos de empresários e políticos inescrupulosos, enquanto a população morre nas filas a espera de atendimento.

Na qualidade de Deputado Federal, médico e membro da Comissão de Seguridade Social e Família, tenho a obrigação de fiscalizar o bom uso do dinheiro público, recorrendo aos meios legais que comprovem que estes recursos estejam sendo utilizados para aquilo que originalmente foram destinados.

É com esse intuito que apresento o presente requerimento, para que o Ministério da Saúde possa nos enviar de forma detalhada, os recursos destinados/transferidos ao município de Dourados nos anos de 2007, 2008 e 2009, seja por transferências voluntárias, repasses fundo a fundo, repasses constitucionais e outras modalidade, que geraram os inúmeros termos de convênio, contratos de repasse e processos, bem como informações quanto à execução dos mesmos e atual situação.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 2010.

GERALDO RESENDE
Deputado Federal - PMDB/MS